



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 2023
(Do Sr. KIM KATAGUIRI)

Apresentação: 10/04/2023 13:04:39.200 - MESA

PDL n.105/2023

Susta a aplicação do Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023, que dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a alteração do Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, e do Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica sustada a aplicação do Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023, que dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a alteração do Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, e do Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744
dep.kimkatguiiri@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguiiri e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236954028000>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

JUSTIFICAÇÃO

O Decreto Legislativo 11.467/23, tem por objetivo a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico de que trata a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 2007; e o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020.

Ocorre que de forma equivocada, o referido Decreto extrapolou seu poder regulamentar invadindo a seara do Poder Legislativo ao inovar na ordem jurídica estabelecendo conceitos, princípios, diretrizes, objetivos, que deverão ser observados na execução da Política do Novo Marco Legal do Saneamento Básico.

Na regra antiga, o contrato teria que ter no mínimo 75% dos recursos vindos da iniciativa privada e no máximo 25% vindo de órgão estatal. O Decreto em questão acabou com esse limite, gerando enorme insegurança jurídica das relações entre iniciativa privada e Poder Público, até então pautada nos termos do Marco Civil aprovado.

Sancionado em julho de 2020, o Marco Legal do Saneamento Básico trouxe estímulos à concorrência no mercado de coleta e tratamento de esgoto e de fornecimento de água potável, com dispositivo que estabelecem justamente a vedação a contratos sem licitação entre municípios e estatais de saneamento. O Decreto ora atacado, em flagrante abuso do seu poder regulamentar, criou a possibilidade de prestação de serviços de saneamento básico pelas estatais estaduais sem se submeter ao processo licitatório ofendendo os princípios constitucionais que regem a Administração Pública e a concorrência que é um dos princípios da ordem econômica brasileira

O Decreto promove alterações substanciais no Marco Legal do Saneamento que foi discutido, votado e aprovado pelo Parlamento; o mesmo deveria acontecer com as mudanças propostas no novo Decreto pelo governo Lula. O teor é de Lei e, como tal, deveria ser apreciado pelo Parlamento via projeto de lei, para que num espaço democrático possamos discutir e votar o que é melhor para o Brasil.

Os Decretos são atos administrativos normativos de competência exclusiva dos Chefes do Executivo, destinados a prover situações gerais ou individuais, abstratamente previstas de modo expresso, explícito ou implícito, pela legislação.

Na lição da doutrina administrativa, “decreto é fórmula pela qual o Chefe do Poder Executivo (federal, estadual, distrital e municipal) expede atos de sua competência privativa (art. 84 da Constituição). Assim, por meio de decretos são expedidas quer normas gerais, como regulamentos, quer normas individuais, isto é, atos concretos, da

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744
dep.kimkatgui@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

alçada dos Chefes de Executivo.” (Mello, Celso Antônio Bandeira de. “Curso de Direito Administrativo”, 36ª edição, Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2021, p.404).

Para Maria Sylvia Zanella Di Pietro, decreto “é ato administrativo formal, de competência privativa do Presidente da República, podendo veicular, em sua substância, atos individuais ou atos gerais. No primeiro caso, dirige-se a sujeitos determinados, produzindo efeitos concretos. Como ato geral, possui destinatários inominados, com claro conteúdo normativo. Nesta última hipótese, cumpre ainda distinguir o decreto regulamentar, **cuja função cinge-se a regular "a fiel execução" das leis**” (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. “Direito Administrativo”, São Paulo: Editora Gen/Forense 2021, p.222).

Hely Lopes Meirelles entende que “decretos, em sentido próprio e restrito, são atos administrativos da competência exclusiva dos Chefes do Executivo, destinados a prover situações gerais ou individuais, abstratamente previstas de modo expresse, explícito ou implícito, pela legislação. Comumente, o decreto é normativo e geral, podendo ser específico ou individual. O Decreto regulamentar ou de execução, é o que **visa a explicar a lei e facilitar sua execução, aclarando seus mandamentos e orientando sua aplicação**” (“Direito Administrativo Brasileiro”, 33ª edição, São Paulo: Ed. Malheiros, 2007, p.181).

A Constituição Federal apenas admite o decreto presidencial com conteúdo normativo como manifestação do poder regulamentar, sendo-lhe vedado inovar no ordenamento jurídico, devendo sempre se limitar a esclarecer o conteúdo das leis, sem lhes aumentar ou restringir o espectro de incidência.

Nesse sentido, vale mencionar a lição do eminente constitucionalista José Afonso da Silva ao tratar da manifestação do poder regulamentar do decreto.

“Expedir decretos não oferece maiores considerações, porque eles são os modos comuns de o presidente da República praticar os atos administrativos; inclusive, é por meio do decreto que se expedem os regulamentos para a fiel execução das leis. **O poder regulamentar não é poder legislativo, por conseguinte não pode criar normatividade que inove a ordem jurídica.** Seus limites naturais situam-se no âmbito da competência executiva e administrativa, onde se insere. **Ultrapassar esses limites importa abuso de poder, usurpação de competências, tornando irritado o regulamento dele proveniente, e sujeito a sustação pelo Congresso Nacional (art. 49, V).** O regulamento é uma norma jurídica secundária e de categoria inferior a lei, tem limites decorrentes do direito positivo. Deve respeitar os textos constitucionais, a lei regulamentada e a legislação, em geral, e as fontes subsidiárias a que ela se reporta. **Assim, não cria, nem modifica e sequer extingue direitos e obrigações, senão nos termos da lei, isso porque o inovar originariamente na ordem jurídica consiste em matéria reservada a lei.** Não cabe aos regulamentos, por iniciativa própria e sem texto legal, prescrever penas, seja qual for a espécie; estabelecer restrições à igualdade, à liberdade e à propriedade. Concluindo, a

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744
dep.kimkatgui@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF





PDL n.105/2023





Projeto de Decreto Legislativo **(Do Sr. Kim Kataguiri)**

Susta a aplicação do Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023, que dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a alteração do Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, e do Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020.

O CONGRESSO

Assinaram eletronicamente o documento CD236954028000, nesta ordem:

- 1 Dep. Kim Kataguiri (UNIÃO/SP)
- 2 Dep. Rosângela Moro (UNIÃO/SP)

